



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



A construção do sentido no texto: perspectivas teórico-discursivas sobre coerência e coesão

The construction of meaning in the text: theoretical and discursive perspectives on coherence and cohesion

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2522

ARK: 57118/JRG.v8i19.2522

Recebido: 07/10/2025 | Aceito: 14/10/2025 | Publicado on-line: 15/10/2025

Suziane de Oliveira Porto Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-9941-6238>

<http://lattes.cnpq.br/1407956849369388>

Universidade Federal de Alagoas, AL, Brasil.

E-mail: suziane.porto@hotmail.com



Resumo

Este artigo discute os fundamentos teóricos, curriculares e pedagógicos da coerência e da coesão textual no ensino de Língua Portuguesa, compreendendo-as como dimensões constitutivas da significação e da interação discursiva. Fundamentado nos pressupostos da Linguística Textual e dos estudos do discurso, mobiliza autores como Koch (2014), Beaugrande e Dressler (1981), Halliday e Hasan (1976), Marcuschi (2008), Antunes (2010), Dolz e Schneuwly (2004) e Rojo (2009), articulando suas contribuições à análise dos documentos oficiais, PCNs, BNCC e RECAL. Argumenta-se que a coerência e a coesão, tradicionalmente reduzidas a categorias formais, devem ser tratadas como práticas cognitivas, linguísticas e sociais que viabilizam a construção de sentidos e a autoria. Na seção de propostas de ensino, o texto apresenta caminhos metodológicos baseados em sequências didáticas, oficinas de reescrita e integração entre leitura e escrita, ressaltando o papel do professor como mediador crítico do processo de produção textual. Conclui-se que o ensino da coerência e da coesão precisa superar o tecnicismo e assumir uma dimensão emancipadora, promovendo uma educação linguística que forme sujeitos autônomos, reflexivos e capazes de participar eticamente dos espaços discursivos contemporâneos.

Palavras-chave: coerência; coesão; produção textual; ensino de Língua Portuguesa; Linguística Textual.

¹ Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Abstract

This article discusses the theoretical, curricular, and pedagogical foundations of textual coherence and cohesion in Portuguese language teaching, understanding them as constitutive dimensions of meaning-making and discursive interaction. Grounded in the principles of Text Linguistics and Discourse Studies, it draws on authors such as Koch (2014), Beaugrande and Dressler (1981), Halliday and Hasan (1976), Marcuschi (2008), Antunes (2010), Dolz and Schneuwly (2004), and Rojo (2009), articulating their contributions with the analysis of Brazilian curricular guidelines, PCNs, BNCC, and RECAL. The study argues that coherence and cohesion, traditionally treated as formal linguistic categories, must be understood as cognitive, linguistic, and social practices that enable meaning construction and authorship. The teaching proposals section presents methodological pathways based on didactic sequences, rewriting workshops, and the integration of reading and writing, emphasizing the teacher's role as a critical mediator in the text production process. It concludes that the teaching of coherence and cohesion must transcend technicist approaches and adopt an emancipatory perspective, fostering linguistic education that forms autonomous, reflective subjects capable of participating ethically in contemporary discursive spaces.

Keywords: coherence; cohesion; text production; Portuguese language teaching; text linguistics.

1. INTRODUÇÃO

A produção textual ocupa um lugar central no ensino de Língua Portuguesa, tanto pela sua função social quanto por seu valor formativo. Entre os diversos fatores que garantem a eficácia comunicativa de um texto, destacam-se a coerência e a coesão, elementos essenciais para a construção do sentido e para a organização interna das ideias. Esses dois eixos estruturantes não apenas asseguram a fluidez textual, mas também refletem o domínio do produtor sobre os mecanismos linguísticos e discursivos que regem a organização textual. A compreensão e o ensino sistemático desses conceitos são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento das competências linguísticas e comunicativas dos estudantes da educação básica.

A coerência diz respeito à construção lógica e semântica do texto, envolvendo os conhecimentos de mundo, a progressão temática e a articulação entre as partes que o compõem. Já a coesão refere-se aos recursos linguísticos que garantem a ligação entre os segmentos do texto, como pronomes, advérbios, conectivos, elipses e paralelismos, entre outros. Embora sejam conceitos distintos, coerência e coesão estão intrinsecamente articulados, de modo que a manifestação formal da coesão contribui para a construção da coerência, ainda que não a garanta por si só. O ensino desses elementos, quando abordado de forma fragmentada e descontextualizada, tende a limitar-se à memorização de conectores e a exercícios estruturais, sem promover a reflexão crítica sobre os efeitos de sentido e a intencionalidade discursiva do texto.

No campo da Linguística Textual, diversos estudos têm se debruçado sobre esses mecanismos, destacando a importância de abordagens que considerem o texto como uma unidade de sentido e a linguagem como prática social (KOCH, 2014; MARCUSCHI, 2008). Essa perspectiva implica reconhecer a produção textual como processo, e não apenas como produto, exigindo do ensino práticas que envolvam planejamento, revisão e reescrita, articuladas à leitura de modelos textuais e à análise dos efeitos de sentido provocados pelas escolhas linguísticas. Nesse contexto, a atuação docente assume papel central na mediação entre os conteúdos linguísticos e

os usos sociais da linguagem, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de produzir textos adequados a diferentes gêneros, contextos e interlocutores.

Diante disso, este texto tem como objetivo discutir os fundamentos teóricos da coerência e da coesão textual, analisando suas implicações para o ensino de produção textual na educação básica. Para tanto, parte-se de uma fundamentação teórica ancorada na Linguística Textual e nas teorias do texto e do discurso, articulada à análise dos documentos curriculares oficiais — os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular de Alagoas (RECAL) — que orientam as práticas de ensino de Língua Portuguesa. A partir dessa análise, propõem-se também caminhos metodológicos e ações pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento da competência escritural dos estudantes, tanto em situações formais quanto em contextos cotidianos de uso da linguagem.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O estudo da coerência e da coesão textual se insere no campo da Linguística Textual, disciplina que, desde meados do século XX, vem contribuindo significativamente para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos que regem a construção dos sentidos nos textos. Diferentemente de abordagens gramaticais tradicionais, que tratam o texto como uma justaposição de frases corretas do ponto de vista sintático, a Linguística Textual propõe o texto como unidade de sentido, em que a articulação entre as partes é orientada tanto por fatores linguísticos quanto por fatores cognitivos, discursivos e situacionais (KOCH, 2014).

No interior dessa concepção, a coerência textual é compreendida como a propriedade que permite ao leitor ou interlocutor perceber o texto como um todo semântico coeso e inteligível. Não se trata, portanto, de uma qualidade do texto em si, mas de uma construção intersubjetiva, que depende dos conhecimentos prévios dos interlocutores, da pertinência entre as ideias desenvolvidas e da manutenção de uma progressão temática. Como observa Koch (2014), a coerência resulta de uma negociação de sentidos entre os participantes do ato comunicativo, sendo construída a partir de inferências, relações de causa e consequência, temporalidade, continuidade temática e pressupostos compartilhados. Dessa forma, um texto coerente é aquele que faz sentido dentro de um determinado contexto de produção e recepção.

A coerência envolve, ainda, o estabelecimento de relações lógicas entre os segmentos do texto, a adequação às condições de produção discursiva e a articulação entre as intenções do enunciador e as expectativas do interlocutor. Segundo Beaugrande e Dressler (1981), a coerência é um dos sete princípios de textualidade e está relacionada à organização conceitual e à acessibilidade cognitiva das informações textuais. Esses autores ressaltam que a coerência pode ser tanto linear (entre as partes consecutivas do texto) quanto global (em relação à totalidade do discurso), exigindo que o produtor de texto mobilize estratégias de planejamento discursivo e de controle da progressão informacional.

Já a coesão textual refere-se aos mecanismos linguísticos responsáveis por assegurar a continuidade formal entre os segmentos do texto, ou seja, pelas marcas de superfície que estabelecem conexões entre frases, orações, períodos e parágrafos. De acordo com Halliday e Hasan (1976), a coesão pode ser classificada em diferentes tipos: referencial (uso de pronomes e expressões que retomam elementos anteriores), substitutiva (uso de elementos que substituem outros já mencionados), elíptica (supressão de elementos recuperáveis pelo contexto), lexical

(repetições, sinonímias, hiperonímias, etc.) e por conectores lógicos (conjunções, advérbios, marcadores discursivos). A articulação dessas estratégias permite a construção de uma superfície textual fluida e articulada, contribuindo para o processamento cognitivo e para a compreensão do texto.

Importa salientar que a coesão, por mais necessária que seja, não é suficiente para garantir a coerência de um texto. Um texto pode apresentar coesão formal, com uso adequado de conectivos e pronomes, e ainda assim carecer de coerência, caso suas ideias sejam desconexas, contraditórias ou fora de contexto. Por isso, a Linguística Textual defende a necessidade de se trabalhar esses dois níveis de organização textual de forma integrada, levando o aluno a compreender tanto os recursos linguísticos de articulação quanto os princípios discursivos que regem a construção do sentido. Koch (2014) reforça essa articulação ao afirmar que a coesão pode ser vista como um conjunto de pistas que orientam a construção da coerência por parte do leitor.

Desse modo, vale ressaltar que o ensino de coerência e coesão deve ser concebido como parte integrante de um projeto pedagógico que valorize a linguagem como forma de participação social e exercício da cidadania. Para que os alunos desenvolvam a capacidade de produzir textos bem estruturados e socialmente significativos, é necessário que as práticas de ensino superem a fragmentação entre gramática, leitura e produção escrita, e avancem em direção a abordagens integradas, reflexivas e dialógicas. Nesse sentido, a formação docente assume um papel estratégico na mediação entre os conhecimentos linguísticos e os contextos de uso da linguagem, exigindo do professor não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade pedagógica e compromisso com a aprendizagem significativa dos estudantes.

3. A COESÃO E COERÊNCIA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES NORTEADORES

A discussão sobre coerência e coesão textual encontra respaldo sólido nos documentos que orientam o currículo de Língua Portuguesa no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular de Alagoas (RECAL). Tais instrumentos convergem ao reconhecer o texto — entendido como prática social situada — como unidade didática primordial e, conseqüentemente, ao posicionar a construção da coerência e da coesão como competências centrais no processo formativo.

Os PCNs (BRASIL, 1998) marcaram a virada para uma perspectiva textual-discursiva, ao propor que o ensino de língua fosse organizado em torno de leitura, produção e análise linguística. Enfatizaram a importância de etapas como planificação, textualização, revisão e edição, destacando que a coesão não pode ser reduzida ao uso de conectivos, mas deve ser compreendida em sua relação com a progressão temática e a manutenção da coerência global. Essa diretriz inaugurou, no âmbito das políticas públicas, a noção de que a competência textual nasce da interação entre conhecimento linguístico, domínio de gêneros e consciência discursiva.

A BNCC (BRASIL, 2018), por sua vez, sistematiza e aprofunda essas orientações, ao detalhar competências e habilidades relacionadas à progressão temática, à coesão referencial e sequencial e à organização lógico-argumentativa. Destaca, ainda, a importância de trabalhar a coerência e a coesão em textos multimodais e digitais, alinhando-se às demandas comunicativas contemporâneas. Já o RECAL (ALAGOAS, 2020) mantém consonância com a BNCC, mas insere

especificidades regionais, valorizando a cultura alagoana e propondo que o ensino de produção textual articule diversidade cultural, criticidade e práticas de revisão e reescrita.

Apesar dos avanços, persistem lacunas que exigem ação crítica do professor. A coesão, em alguns trechos, aparece descrita de forma normativa, o que pode levar a práticas mecânicas de ensino; a ênfase na reescrita contrasta com as limitações materiais das escolas; e a coerência, muitas vezes reduzida à clareza, carece de metodologias claras de operacionalização em sala. Assim, os documentos fornecem marcos consistentes, mas demandam mediação docente que os transforme em práticas significativas, de modo que coerência e coesão sejam compreendidas como competências transversais indispensáveis à formação crítica e autônoma dos estudantes.

4. PROPOSTAS DE ENSINO DA COERÊNCIA E DA COESÃO TEXTUAL

A discussão sobre coerência e coesão no ensino de Língua Portuguesa exige uma compreensão ampla da escrita como prática discursiva, social e cognitiva. Ensinar o aluno a escrever não se reduz à transmissão de modelos estruturais nem à simples aplicação de regras gramaticais. Ao contrário, trata-se de mediar um processo de construção de sentidos em que o sujeito se apropria da linguagem como instrumento de reflexão, comunicação e ação social. A coerência e a coesão, nesse contexto, deixam de ser vistas como atributos formais e passam a constituir dimensões constitutivas da significação.

Conforme aponta Antunes (2010), é preciso deslocar o ensino de texto da lógica prescritiva para uma lógica interacional. A coerência não é um produto acabado, mas um princípio de inteligibilidade construído entre autor e leitor; a coesão, por sua vez, não se restringe ao domínio de conectores e pronomes, mas reflete a capacidade de o sujeito organizar linguisticamente a progressão de ideias. Essa concepção impõe ao professor a tarefa de conceber o ensino da escrita como prática processual, situada e intencional, atravessada por dimensões éticas, estéticas e políticas.

Ao abordar a produção textual sob a ótica da Linguística Textual e dos estudos do discurso, compreende-se que a coerência e a coesão são simultaneamente fenômenos linguísticos e cognitivos. Koch (2014) defende que a coerência emerge da interação entre fatores textuais e contextuais, isto é, da relação entre o que se diz e o que se espera compreender, enquanto Marcuschi (2008) enfatiza que a coesão representa a materialidade que torna visíveis essas relações. O trabalho pedagógico com essas dimensões precisa, portanto, ir além da gramática da frase, alcançando a gramática do discurso.

Nesse sentido, a escola deve constituir-se em espaço de experimentação discursiva, em que o aluno aprenda a pensar linguisticamente sobre seus próprios textos. Tal perspectiva aproxima-se da proposta bakhtiniana de linguagem como diálogo, segundo a qual toda enunciação se constrói em resposta a outras vozes e em antecipação a respostas futuras. A coerência, portanto, não é atributo interno ao texto, mas efeito de sentido que depende do reconhecimento das vozes que o atravessam e da forma como elas se organizam na superfície textual.

Ao conceber a escrita como processo, o professor assume o papel de mediador e orientador da autoria. Isso implica organizar situações didáticas que contemplem as etapas de planejamento, textualização, revisão e reescrita, em consonância com a concepção sociointeracionista da BNCC (BRASIL, 2018). Cada uma dessas etapas mobiliza dimensões específicas da coerência e da coesão. O planejamento demanda a seleção de informações pertinentes e a projeção de uma estrutura lógica de

argumentação; a textualização exige o domínio dos recursos coesivos que asseguram a continuidade temática; a revisão, por sua vez, representa o momento de rearticulação do texto, em que o aluno se torna leitor de si mesmo e pode identificar lacunas, redundâncias ou ambiguidades.

A metodologia das sequências didáticas, formulada por Dolz e Schneuwly (2004), constitui um instrumento privilegiado para operacionalizar esse processo. Por meio de um conjunto de atividades articuladas em torno de um gênero textual, o professor cria um percurso de aprendizagem que permite ao estudante compreender como a coerência e a coesão operam na prática discursiva. Na leitura de textos-modelo, o aluno observa os mecanismos de progressão temática, de retomada referencial e de organização argumentativa; na escrita, ele os experimenta e reconfigura, consolidando gradualmente seu repertório linguístico-discursivo.

A reescrita, nessa perspectiva, deixa de ser uma mera correção e passa a configurar-se como espaço de reflexão metalinguística e reconstrução de sentido. Geraldi (1997) já afirmava que o ato de revisar é o momento mais fecundo do ensino da escrita, pois nele o sujeito se vê em confronto com sua própria produção e é levado a pensar sobre a linguagem como sistema de escolhas. Ao revisar, o aluno aprende que a coerência pode ser aprimorada por meio de uma reordenação temática ou pela supressão de informações irrelevantes; e que a coesão pode ser fortalecida pela substituição de conectores ou pela variação lexical, sempre em função dos efeitos de sentido desejados.

A integração entre leitura e escrita é outro princípio essencial. Ler e escrever são atividades complementares de construção de sentido, e é na leitura crítica que o aluno internaliza modelos discursivos que posteriormente mobiliza na produção. Koch e Travaglia (2002) ressaltam que a compreensão textual depende da ativação de esquemas cognitivos e inferenciais, os mesmos que orientam a produção de textos coerentes. Assim, propor atividades que articulem leitura analítica e produção autoral, como análise de textos argumentativos antes da redação de um artigo de opinião, potencializa a consciência sobre as relações de coerência e coesão.

A abordagem proposta também exige um olhar renovado sobre a gramática. O estudo dos mecanismos coesivos, pronomes, conjunções, elipses, paralelismos, deve ser contextualizado dentro de práticas reais de escrita. Como destaca Travaglia (2009), o ensino da gramática textual não se confunde com o ensino da gramática normativa, mas envolve a observação dos efeitos comunicativos das escolhas linguísticas. O aluno precisa perceber que o uso de um conector adversativo (“porém”) pode reforçar uma oposição argumentativa, enquanto o uso de um causal (“porque”) estabelece uma relação explicativa. Essa consciência funcional do uso linguístico constitui o núcleo do trabalho com coesão textual.

Ao lado dessa dimensão linguística, a coerência implica também o desenvolvimento de capacidades cognitivas mais amplas: planejar, hierarquizar ideias, estabelecer relações lógicas, controlar a progressão informacional e avaliar a pertinência do discurso. Tais capacidades não se desenvolvem espontaneamente; exigem práticas pedagógicas intencionais, mediadas por feedbacks significativos. Nesse ponto, a avaliação formativa se revela imprescindível. O professor precisa atuar como interlocutor do aluno, oferecendo comentários que o ajudem a perceber os efeitos de sentido produzidos por suas escolhas, em lugar de limitar-se à marcação de “erros”.

As práticas de escrita colaborativa e digital, recomendadas por Rojo (2009) no âmbito dos multiletramentos, representam um campo fecundo para o trabalho com coerência e coesão. Ao produzir textos coletivos em ambientes digitais: blogs, fóruns,

podcasts, os estudantes lidam com múltiplas linguagens e precisam articular coerência entre planos verbal, visual e sonoro. Além disso, o caráter público da escrita digital intensifica a necessidade de clareza, objetividade e adequação comunicativa, o que reforça o exercício consciente da coesão textual.

Tais experiências, aliadas à metodologia de projetos interdisciplinares, favorecem a transposição do aprendizado para contextos sociais autênticos. Projetos de escrita vinculados à comunidade escolar, como jornais, murais e campanhas temáticas, criam condições reais de enunciação, nas quais a coerência deixa de ser mera abstração e passa a ser requisito comunicativo. Nesses espaços, a reescrita torna-se uma prática natural de aprimoramento discursivo, e a coesão é trabalhada de forma funcional, vinculada à eficácia comunicativa.

Por fim, o ensino da coerência e da coesão demanda uma política consistente de formação docente. É imprescindível que o professor compreenda os fundamentos da Linguística Textual, aproprie-se das contribuições da Análise do Discurso e reflita sobre sua própria prática de correção e orientação de textos. A formação deve favorecer o diálogo entre teoria e prática, de modo que a reflexão sobre os mecanismos linguísticos se converta em estratégias pedagógicas efetivas. Como defende Antunes (2010), ensinar a escrever é ensinar a pensar com clareza e a organizar o raciocínio, tarefa que exige tanto competência científica quanto sensibilidade pedagógica.

Em síntese, o ensino da coerência e da coesão textual precisa ser compreendido como um projeto de formação integral do sujeito, que articule leitura, escrita, oralidade e reflexão linguística. Trata-se de uma pedagogia da autoria e da responsabilidade discursiva, que reconhece o texto como espaço de construção de sentido e de exercício da cidadania. Assim, o papel da escola não se limita a garantir a correção linguística, mas se amplia para assegurar a formação de escritores conscientes, críticos e criativos, capazes de compreender e transformar o mundo por meio da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a coerência e a coesão textual constituem não apenas categorias linguísticas, mas dimensões fundamentais da significação e da interação discursiva. Mais do que mecanismos de organização formal, elas representam condições de produção de sentido que atravessam o texto em suas múltiplas esferas — semântica, pragmática, cognitiva e sociocultural. Com base nas contribuições da Linguística Textual e dos estudos discursivos, verificou-se que a coerência é construída no encontro entre texto, sujeito e contexto, enquanto a coesão materializa linguisticamente as relações que sustentam essa construção. Assim, a produção textual não pode ser tratada como simples reprodução de estruturas, mas como atividade interpretativa, criativa e situada.

A discussão teórica sustentou a necessidade de superar o ensino fragmentado da língua, centrado em regras e nomenclaturas, e de reafirmar a importância de práticas que integrem leitura, reflexão e escrita. Ensinar coerência e coesão implica ensinar o aluno a planejar o texto, hierarquizar ideias, estabelecer conexões argumentativas e revisar sua própria produção, mobilizando tanto o conhecimento linguístico quanto o saber discursivo. Nesse sentido, o texto deve ser concebido como espaço de autoria, e o professor, como mediador de sentidos, não como avaliador de erros, mas como interlocutor que acompanha, intervém e potencializa o processo de escrita.

Os documentos curriculares nacionais e estaduais analisados, PCNs, BNCC e RECAL, demonstram convergência na valorização de uma abordagem textual-discursiva. Entretanto, a efetivação dessa proposta ainda depende de uma mudança epistemológica nas práticas escolares. É imprescindível que o ensino de coerência e coesão se traduza em experiências reais de comunicação, que aproximem os alunos de gêneros discursivos socialmente relevantes e os levem a compreender o texto como instrumento de expressão e participação cidadã. Essa perspectiva desloca o foco da normatividade para a significação, do produto para o processo, e da memorização para a construção ativa do conhecimento.

As propostas de ensino apresentadas, fundamentadas na metodologia das sequências didáticas e nas oficinas de reescrita, evidenciam que o domínio da coerência e da coesão se desenvolve quando o aluno é exposto a situações autênticas de produção textual e tem espaço para refletir sobre suas escolhas linguísticas. A integração entre leitura e escrita, o uso funcional da gramática e a reescrita como prática metalinguística constituem caminhos concretos para a consolidação dessas competências. Tais práticas, articuladas aos princípios dos multiletramentos e à perspectiva dialógica da linguagem, contribuem para a formação de sujeitos autônomos, críticos e criadores de sentidos.

Por fim, destaca-se que a consolidação dessa abordagem requer políticas permanentes de formação docente, capazes de articular teoria linguística, prática pedagógica e pesquisa educacional. O professor precisa compreender a complexidade da linguagem e dominar as ferramentas teóricas que sustentam a análise textual, a fim de transformar o conhecimento científico em ação didática. Somente assim o ensino da escrita poderá cumprir seu papel emancipador e social, permitindo que os estudantes se tornem autores de seus discursos e partícipes de uma cultura letrada plural e democrática.

Dessa forma, reafirma-se que o trabalho com coerência e coesão textual deve ser entendido como parte de um projeto de educação linguística integral, no qual o ensino da língua se configura como prática de cidadania e de pensamento crítico. Ensinar a escrever é, em última instância, ensinar a compreender e a transformar o mundo por meio das palavras, e é nesse gesto de mediação linguística e ética que reside a verdadeira função social do ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Estado de Alagoas – RECAL: Ensino Fundamental e Médio.** Maceió: SEDUC, 2023.
- ANTUNES, Irandé. **A aula de português: encontro e interação.** 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho.** 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introdução à linguística textual.** Trad. Ingedore Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 1981.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (Ensino Fundamental).** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CHAROLLES, Michel. **Coherence as a principle in text construction.** In: PETÖFI, J. S.; VAN DIJK, T. A. (org.). *Pragmatic and linguistic description of discourse.* Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1978. p. 33–51.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Linguística textual: introdução.** São Paulo: Cortez, 1999.
- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English.** London: Longman, 1976.
- KOCH, Ingedore Villaça. **A coerência textual.** 24. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROJO, Roxane (org.). **Escola e letramento: letramento, gêneros e ensino.** Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- VAN DIJK, Teun A. **Macrostructures: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva.** Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.